

### 3.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

Esse documento tem por objetivo apresentar o Diagnóstico Socioeconômico da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Guará, localizada no estado de São Paulo, como ilustra o **Mapa de Localização da ARIE do Guará (Figura 3.3-1)**. A pesquisa levanta informações referentes ao município de Ilha Comprida, onde se encontra a ARIE do Guará (ARIEG). Porém, há o município de Iguape no entorno, que influencia na dinâmica socioeconômica do município de Ilha Comprida, por esse motivo, o estudo irá levantar, também, dados referentes a esse município.

Figura 3.3-1 – ARIE do Guará.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Crédito: André Vilar.

A ARIEG localiza-se na face lagunar da Ilha Comprida, com uma área de 455,27 ha, tendo por objetivo proteger e conservar os ecossistemas ali presentes. O município de Ilha Comprida contempla uma área de 192,09 Km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 50,22 hab/Km<sup>2</sup>, tendo sua extensão 74 Km de costa litorânea, abrangendo as Reservas de Mata Atlântica do Sudeste e constitui como Patrimônio da Humanidade, tombada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A população chega a um total de 9.647 habitantes, sendo ela, predominantemente caiçara, tendo a pesca a sua principal atividade produtiva. O município de Ilha Comprida se emancipou no ano de 1991, antes o território pertencia aos municípios de Iguape e Cananéia (**Tabela 3.3-1**).

Cabe destacar que, o município vizinho, Iguape, abrange um total de 1.977,96Km<sup>2</sup>, sendo a densidade demográfica de 14,7hab/Km<sup>2</sup>. No município os caiçaras também são a população mais predominante, que são descendentes de população cabocla, negros, indígenas e colonizadores. Com relação à produção, além da pesca, que representa a principal atividade produtiva, a população do município de Iguape trabalha com produção agrícola, destaca-se a banana, a mandioca e arroz (IBGE, 2015), porém, maracujá, olericultura e chuchu também são produzidos no município (SILVA; LOPES, 2010).

Tabela 3.3-1 – Municípios da região do Litoral Sul do estado de São Paulo.

Município	Área Total	População Total	Densidade Demográfica (habitantes/km <sup>2</sup> )	Taxa de Crescimento Populacional (2000/2010)
Ilha Comprida	192,09	9.647	50,22	3,07
Iguape	1.977,96	29.082	14,7	0,51
<b>Estado de SP</b>	<b>248.222,4</b>	<b>43.046.555</b>	<b>173,42</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

A região do Litoral Sul de São Paulo, onde se localiza os municípios de Iguape e Ilha Comprida, possui diferentes características geomorfológicas, como detalhado nos Diagnósticos dos Meios Físico e Biótico do presente estudo. Dentre elas, praias, rios, cachoeiras, mangues, morros, sítios arqueológicos (sambaquis), abrangendo um conjunto de lagunas, baías, braços de mar, barras, restingas, mangues, dunas, ilhas e morros isolados, considerado como um dos maiores criadouros de espécies marinhas do mundo. Portanto, formações que criam um rico sistema estuarino, isto é, o Complexo Estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape. As paisagens se misturam entre a Serra do Mar e as planícies que se originam rios, com variedade de espécies de árvores e flores, e de fauna. Há uma vasta diversidade de peixes na parte da área costeira e estuarina (DIEGUES, 2007), bem como espécies migratórias e ameaçadas, como detalhado no Diagnóstico do meio biótico do presente estudo.

A região do Vale do Ribeira e a área litorânea paulista abrange a maior extensão conservada da Mata Atlântica do país, sendo que ainda há 78% da área coberta por remanescentes originais. Destaca-se que a Mata Atlântica hoje tem somente 5% de sua extensão original (DIEGUES, 2007). As dificuldades de acesso à região até meados dos anos 1950 contribuíram para a conservação do local, porém, após esse período com o investimento do Estado em infraestrutura na região, acabou valorizando as terras locais, provocando processos de grilagem e de especulação imobiliária, conseqüentemente atingindo as comunidades locais e o ecossistema (DIAS; OLIVEIRA, 2015). Para frear esse processo foi criada pelo governo estadual paulista Unidades de Conservação, dessa maneira, contendo a pressão antrópica praticada sobre a região (**Mapa de Localização das Unidades de Conservação na área de influência da Arie do Guará**).

A Ilha Comprida, diferentemente dos outros municípios, possui 100% da sua área pertencente a uma APA, a Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida. No interior da APA encontra-se a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIEG) da Zona de Vida Silvestre (ZVS) da APA Ilha Comprida e a ARIE do Guará.

O município de Iguape tem parte de seu território inserido na APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, a área do município também está inserida em áreas protegidas, dentre elas, a Estação Ecológica de Chauás, a Estação Ecológica Juréia-Itatins, Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal.

Cabe apontar que o turismo é uma das fontes mais rentáveis desta região, especialmente daquelas atividades ligadas ao ecoturismo, porém um efeito adverso envolve a especulação imobiliária, que traz consigo inúmeros problemas sociais e ambientais, uma vez que os empreendedores focam somente no econômico, esquecendo-se da sustentabilidade, dessa maneira, acabam utilizando de forma irracional os recursos naturais (DIAS; OLIVEIRA, 2015). Ao passo que o Turismo é uma importante atividade para o desenvolvimento econômico local, por outro lado, ainda não há infraestrutura disponível e uma organização dos municípios para receber esta população “flutuante”, que aparecem grande volume nos períodos de temporada.

Cabe destacar que há o turismo histórico e cultural na região do Litoral Sul, muito dele vinculado ao centro histórico do município de Iguape, onde se encontra um conjunto arquitetônico do período colonial e construções tombadas pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ressalta-se que mais adiante terá um capítulo específico referente ao Turismo.

### 3.3.1 USO E OCUPAÇÃO

#### 3.3.1.1 CONSOLIDAÇÃO URBANA E VETORES DE EXPANSÃO

O resgate histórico dos municípios de Iguape e Ilha Comprida se faz necessário para a compreensão da conjuntura atual do uso e da ocupação do solo. Para isso, é necessário recuperar o contexto histórico da região do Litoral Sul de São Paulo, em que, as áreas pertencentes aos atuais municípios de Cananéia e Iguape foram entre os primeiros territórios a serem descobertos no Brasil, e conseqüentemente povoados e colonizados pelos portugueses. O município de Cananéia foi oficialmente fundado no ano de 1531, e sete anos depois, em 1538, o município de Iguape. Nesse cenário, tornaram-se cidades de referência naquela fase tanto para a navegação costeira, como pontos de controle e locais de construção e reparo de embarcações, quanto para as missões exploratórias no interior Brasil (DIAS; OLIVEIRA, 2015).

Entre os séculos XVII e XVIII, a exploração de minério e ouro de aluvião trouxe prosperidade econômica para a região do Vale do Ribeira. Nesse período, no município de Iguape, foi construída a Casa de Fundação do Ouro (1635), a Casa da Câmara e a Igreja Matriz. Já entre o final do século XVIII e início do século XIX, destaca-se o ciclo do arroz, importante fase econômica nesse período tendo em vista que a região era a maior produtora deste grão no Brasil, respondendo a 80% dos engenhos de arroz da Província de São Paulo, sendo considerada também uma das regiões mais importantes do Império (DIEGUES, 2007). Cabe apontar que as construções dos casarões que hoje são tombadas pelo Patrimônio Histórico foram construídas nesse período (DIAS; OLIVEIRA, 2015). A **Figura 3.3.1.1-1** ilustra o Porto Grande, Iguape em 1905.

**Figura 3.3.1.1-1 – Porto Grande, Iguape (1905).**



Fonte: SANTOS, 2012.

O município de Iguape transformou-se em um importante entreposto comercial, recebendo navegações tanto fluviais quanto marítimas. O porto escoava as produções agrícolas de todo o Vale do Ribeira. Em 1827, destaca-se, a construção do Valo Grande, como descrito no **Item – Meio Físico**, foi aberto com objetivo de facilitar o escoamento da produção. O canal foi concluído vinte cinco anos depois, ligando o Rio Ribeira com o Mar Pequeno, havendo três quilômetros de comprimento e três metros de largura. Porém, com o tempo as margens do canal começaram a erodir e os sedimentos assorearam a entrada do porto e, dessa maneira, impediam a entrada de grandes embarcações trazendo diversos prejuízos e, conseqüentemente, promovendo a decadência econômica na região e assim a emigração populacional. O

canal chegou a ser fechado em 1978, mas foi reaberto em 1995, causando divergências entre a população local devido aos problemas ambientais. Atualmente o canal encontra com trezentos metros de largura (DIAS, 2012). A questão do Valo Grande será tratada com mais ênfase em outros tópicos específicos deste estudo.

A partir da década de 30, o transporte pelo Rio Ribeira, que conduzia principalmente o arroz produzido no Vale do Ribeira e em Iguape, começou a ser menos utilizado, pois neste período as primeiras estradas de rodagem foram feitas na região. Destaca-se que na década de 10, com a estrada de ferro, a desmobilização da rede fluvial já começava. Conseqüentemente isso fez com que o eixo do comércio do Litoral Sul se deslocasse para Santos e São Paulo, havendo uma grande imigração para esses locais, dessa forma desestruturando economicamente o município de Iguape. Nesse mesmo período a produção de arroz começou a perder força, e o plantio começou a diminuir após a libertação dos escravos, fazendo com que fazendeiros deixassem suas terras nas áreas rurais e fossem para os centros de Iguape, Cananéia ou Santos (GUEDES, 2007). No ano de 1910, iniciou-se a imigração japonesa na região do Vale do Ribeira, e com eles, o início da plantação de banana e chá (no alto e médio ribeira), que até hoje é produção agrícola mais forte na região, destaca-se que o município de Registro ultrapassou Iguape na importância econômica da região em meados do século XX (GUEDES, 2007). Nessa mesma época, vale ressaltar que uma parcela da população migrou das atividades agrícolas e extrativistas florestais para a pesca (GUEDES, 2007).

Com a abertura da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), importante via que liga São Paulo a região do Vale do Ribeira, conectando o Sudeste à Região Sul do país, impulsionou a urbanização e a migração nesses municípios deste setor litorâneo. Esses processos foram mais acentuados principalmente nos anos 1970 e 1980 em Ilha Comprida, onde o turismo passou a ser uma alternativa econômica, além da atividade pesqueira. Porém, com esse o novo desenvolvimento econômico surgiu à especulação imobiliária, que resultou na venda de lotes e terrenos, sendo a maioria deles para segunda residência (casa de veraneio) (DIAS, 2012). Essa ocupação foi desordenada no município, pois muitos desses empreendimentos imobiliários não tinham infraestrutura básica, resultando em impactos socioambientais (DIEGUES, 2007).

Entretanto, a especulação imobiliária e a grilagem passaram afetar as comunidades locais e a trazer danos ambientais. Essa nova realidade trouxe para a região alguns conflitos entre as comunidades tradicionais, que usam a terra para sua sobrevivência e como principal fonte de trabalho, com os empreendedores do ramo imobiliário, que transformam esse espaço em “negócio” turístico. (SABINO, 2012). Como forma de amenizar os impactos sociais, culturais e ambientais, foram decretadas no período de 1980 as Unidades de Conservação, com destaque para a Área de Proteção Ambiental Estadual, localizada em Ilha Comprida e decretada em 1987.

Como serão detalhadas mais adiante, as comunidades tradicionais que perderam suas terras para o empreendedorismo imobiliário que se instalou na região passaram a trabalhar no atendimento deste novo circuito econômico associado ao turismo de veraneio. Após saírem de seus locais de origem, essa população passou a ocupar áreas de encosta e voltadas à proteção ambiental, localizadas mais distantes das praias, áreas que antes eram predominantemente ocupadas para a moradia destas comunidades (SABINO, 2012).

Nota-se na **Tabela 3.3.1.1-1** que há o aumento progressivo na taxa de urbanização entre os anos de 1980-2015 na região do Litoral Sul paulista (**Figura 3.3.1.1-2**). Cabe observar, como já apontado, que esse crescimento se deve ao fluxo criado com a especulação imobiliária a partir dos anos 1970 e que ainda cresceu aumentando na década de 1980.

Figura 3.3.1.1-2 – Imagem urbana na década de 1940 e imagem recente do município de Iguape.



Fontes: Instituto Geográfico Cartográfico (IGC) e Prefeitura Municipal de Iguape.

A extensão territorial do município de Ilha Comprida, por meio da Lei Orgânica Municipal é somente urbana, portanto, o grau de urbanização de Ilha Comprida será sempre 100% urbana. Apesar do aumento na urbanização do Litoral Sul, fica abaixo da média do Estado de São Paulo, atingiu 96,27%. Observa-se que 13,10% da população de Iguape localiza-se na área rural do município.

Tabela 3.3.1.1-1 – Taxa de Urbanização nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape –2000/2015.

Município	2000	2010	2015
Iguape	79,97	85,6	86,9
Ilha Comprida	100	100	100
Estado de SP	93,41	95,94	96,27

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: Não se aplica.

No que tange a densidade demográfica, a **Tabela 3.3.1.1-2** revela o aumento da densidade no município de Ilha Comprida entre os anos de 2000 a 2015, passando de 35,29% para 50,22%, essas informações reforçam que existe uma tendência de crescimento populacional neste município nos últimos anos. Ao contrário desses resultados, constata-se que no município de Iguape, entre os anos de 2000 a 2015, obteve um pequeno aumento na densidade demográfica, passando de 13,84hab/km<sup>2</sup> (2010) para 14,7hab/km<sup>2</sup> (2015) (**Mapa de Densidade Demográfica 2010 APAM Litoral Sul**).

Tabela 3.3.1.1-2 – Densidade Demográfica nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 1980/2015 (habitantes/km<sup>2</sup>).

Municípios	1980	1991	2000	2010	2015
Iguape	11,09	13,24	13,84	14,58	14,7
Ilha Comprida	NA	NA	35,29	46,9	50,22
Estado de SP	100,53	126,65	148,96	166,08	173,42

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: Não se aplica.

Em relação ao total de domicílios permanentes no município de Ilha Comprida (**Tabela 3.3.1.1-3**) percebe-se um crescimento contínuo de moradias fixas, entre os anos de 2000 a 2015, que passou de 1.834, em 2000 (15,1% do Litoral Sul), para 3.377, em 2015 (portanto subindo para 20,2% do total dos domicílios permanentes). Constata-se na **Tabela 3.3.1.1-3** que no município de Iguape, entre os anos de 2000 a 2015, não houve um aumento considerável no número de moradias fixas, sendo em 2010, 9.076, e em 2015, 9.501.

**Tabela 3.3.1.1-3 – Total de Domicílios Permanentes nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape– 2000/2015 (habitantes/km²).**

Localidade	2000	2010	2015
Iguape	7.271	9.076	9.501
Ilha Comprida	1.834	3.110	3.377
Litoral Sul	12.151	15.869	16.727
Estado de SP	10.364.152	12.827.153	14.073.070

Fonte: IBGE, 2016.

Por conta do turismo no município de Ilha Comprida (**Figura 3.3.1.1-3**), observa-se na **Tabela 3.3.1.1-4** o número expressivo de domicílios ocasionais, chegando a 70% do total de 10.662. Há que se destacar que todo o território da Ilha está inserido na APA Estadual, ocasionando conflitos de interesse entre o município e a proteção ambiental prevista por lei (SABINO, 2012). Destaca-se que o município é o que mais recebe pessoas, no litoral sul, nos meses de alta temporada.

**Figura 3.3.1.1-3 – Praia do Boqueirão no Município de Ilha Comprida**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

**Tabela 3.3.1.1-4 – Total de Domicílios segundo o Tipo de Ocupação nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2010.**

Município	Total de Domicílios Particulares	Particulares Ocupados	Particulares Não Ocupados			Total de Domicílios Coletivos
			Uso Ocasional	Fechados	Vagos	
Iguape	14.426	9.020	3.466	84	1.856	40
Ilha Comprida	10.662	3.126	6.834	0	702	331
Litoral Sul	25.088	15.839	11.663	84	3053	436

Fonte: IBGE, 2010.

O município de Iguape apresenta um número maior de domicílios particulares ocupados (9.020), enquanto que o município de Ilha Comprida apresenta o maior número de domicílios particulares de uso ocasional (6.834) conforme a **Tabela 3.3.1.1-4**. Esta diferença se deve a preferência dos turistas por construir casas no município de Ilha Comprida, por ser um local que tem por base terrenos voltados para veraneio e uma vasta extensão de praias, diferentemente dos municípios de Cananeia e Iguape.

### 3.3.1.2 GRANDES EMPREENDIMENTOS E INFRAESTRUTURAS

A economia na região do Litoral Sul é predominantemente voltada para pesca tanto artesanal quanto a industrial, como também para os serviços direcionados ao turismo, portanto, a infraestrutura do município Ilha Comprida, e, também, do município do entorno, Iguape, estão ligadas basicamente a esses dois setores, como demonstram os mapas referentes à estrutura náutica e aos equipamentos urbanos e de infraestrutura apresentados nos Anexos desde Diagnóstico.

Como detalhado mais adiante no **Item – Pesca** do presente Diagnóstico, as embarcações existentes na região atendem ao público de pesca artesanal e de pesca industrial, bem como de interessados em pesca armadora. Porém, a pesca industrial é concentrada no município de Cananéia, pois é a única da região com estrutura para embarque e desembarque de frota industrial. Portanto, o desembarque da pesca artesanal, frequente nos municípios de Iguape e Ilha Comprida, ocorrem em peixarias locais ou de forma dispersa nas praias da região, perto de comunidades caiçaras, principalmente na época de alta temporada, na qual os pescadores vendem direto para os turistas nas praias (MENDONÇA, 2007).

Os pescadores que praticam a pesca amadora muitas vezes alugam embarcações com guias e piloteiros, sendo esses serviços encontrados em marinas locais que realizam outras atividades turísticas na região também. O público desse segmento é, em sua maioria, de turista. Outras atividades que envolvem atrações voltadas para o turismo são os passeios realizados às ilhas e praias no do entorno de Ilha Comprida, aspectos que serão abordados no **Item – Turismo** do presente estudo.

Outro transporte utilizado na região é a balsa, que realiza a travessia de Cananéia ao sul da Ilha Comprida. Há dois tamanhos de balsa atualmente, o FB-16, com capacidade para 15 veículos e FB-12, com capacidade para 28 veículos. Ambos comportam passageiros que não estejam com automóvel. Segunda a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, a capacidade operacional é de 129 veículos por hora em cada sentido (Figura 3.3.1.2-1).

Figura 3.3.1.2-1 – Balsa que realiza a travessia Cananéia / Ilha Comprida.



Fonte: DERSA. 2016.

A malha rodoviária que cerca o município de Ilha Comprida do Litoral Sul do estado de São Paulo, e, também, Iguape é composta por uma rodovia federal, Rodovia Régis Bittencourt (BR – 116), e duas estaduais, a Rodovia Casimiro Teixeira (SP – 222) e a Rodovia Ivo Zanella (SP-226). Ambas realizam ligação para cidade de São Paulo e para o estado do Paraná. A rodovia Régis Bittencourt é uma

importante rodovia federal, que faz a ligação da região Sul e Sudeste do País, inaugurada nos anos 1960, tornou-se uma das principais rodovias da região Sul e Sudeste. Como destacado anteriormente, com a rodovia inaugurada, os municípios do Litoral Sul passaram ser mais acessíveis por conta desta infraestrutura e pelas belezas naturais da região, o local passou a ser frequentado por mais turistas e, conseqüentemente, promoveu a especulação imobiliária. A rodovia tem alto fluxo de caminhões e ônibus justamente por ligar duas regiões importantes do país, porém não há uma manutenção eficiente dessas vias, ocorrendo muitos acidentes. Esse quadro pode vir a mudar, pois a rodovia está em obra, sendo realizada a duplicação da via no trecho da Serra do Cafezal, portanto, irá melhorar o tempo do tráfego, haverá redução no custo do transporte entre os estados de São Paulo e Curitiba e aumentará a segurança na estrada, conseqüentemente, a diminuição de acidentes. Com a estrada mais segura e com uma travessia mais rápida a tendência é um aumento no fluxo turístico nessa região do Vale do Ribeira e do Litoral Sul do estado de São Paulo.

### 3.3.1.3 SANEAMENTO BÁSICO: ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E GESTÃO DE RESÍDUOS

As condições e serviços ligados ao saneamento básico tais como, serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, disposição final de resíduos sólidos, e a extensão da rede de água, são fortes indicadores para verificar o bem estar da população e se há impactos ao meio ambiente. Com os dados levantados nota-se que falta infraestrutura para comportar a população “flutuante” nas épocas da alta temporada que podem chegar a 150.000 pessoas na região do Litoral Sul (BECEGATO; SUGUIO, 2007).

Conforme **Tabela 3.3.1.3-1**, nota-se o crescimento da cobertura do esgoto sanitário no município de Ilha Comprida, que é gerida pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) entre as décadas de 2000 a 2010. Porém, a cobertura no município, no ano de 2010, se mostrou baixa, sobretudo, por ser o local que recebe um número alto de turistas nas férias. Constata-se que os municípios estão bem abaixo da média geral do estado de São Paulo para cobertura de esgoto e saneamento, que atualmente cobre 89,75% de seu território. O **Mapa de Esgotamento Sanitário da APAMLS 2010 Litoral Sul** aponta que no município de Ilha Comprida a concentração desse serviço se dá no Centro-Norte da Ilha, especificamente no centro urbano da cidade, principalmente, na faixa litorânea da Ilha.

**Tabela 3.3.1.3-1 – Cobertura do Esgotamento Sanitário nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape (%) – 2000/2010.**

Município	2000	2010
Iguape	54,61	73,10
Ilha Comprida	23,99	38,04
Estado de SP	85,72	89,75

Fonte: Censo Demográfico 2000/2010; Fundação SEADE, 2016.

O destino mais adequado para o esgoto sanitário é a rede coletora pública municipal, observa-se na **Tabela 3.3.1.3-2**, que Iguape destinou 63,22% o esgoto do município as redes, no entanto, Ilha Comprida destinou 38,04% do seu esgoto doméstico para ser tratado, estando bem abaixo do estado de São Paulo, que destinou 86,73%. Contudo, a maior parte do esgoto do município Ilha Comprida é destinado a fossas, sendo 56,3% em fossa séptica e 5,18% em rudimentar. No município encontram-se pequenos córregos conhecidos como sangradouro, que transportam uma boa parte do esgoto doméstico sem tratamento até mar. Esta situação é intensificada nas férias onde o número de pessoas chega a aumentar espaçamento tais que a população residente da Ilha (BECEGATO, 2007)

**Tabela 3.3.1.3-2 – Destino do Esgoto Sanitário nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape**

Localidade	Rede geral	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo	Não tinham
Iguape	63,22	13,55	19,13	1,91	1,13	0,37	0,68
Ilha Comprida	38,04	56,3	5,18	0,29	0,03	0,06	0,1
Estado de SP	86,73	4,71	4,69	1,01	2,38	0,41	0,07

Fonte: Censo Demográfico; Fundação SEADE, 2016.

No que tange a cobertura da coleta de lixo, registra-se que houve uma boa cobertura na coleta nos dois municípios no ano de 2010, sendo 92,75%, em Iguape e 97,91% em Ilha Comprida conforme apresentado no **Mapa de Coleta de Lixo**. Destaca-se que os dois municípios não possuem aterros sanitários próprios, os resíduos são levados para aterros localizados em outras cidades, o que serão impactos financeiros negativos para as prefeituras (CBH-RB, 2015). O município de Ilha Comprida destina os resíduos ao aterro de Caieiras, a 220 km de distância (BEZERRA, 2014). Cabe apontar que possivelmente as coletas municipais não devem suprir o contingente necessário na época da alta temporada. Segundo Becegato (2007), o município de Ilha Comprida produz por volta de 500 kg de lixo por dia na área urbana, chegando a triplicar na alta temporada. O relatório do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (2015), sugere e incentiva a coleta seletiva para o reaproveitamento do lixo, porém, já existem trabalhos de reciclagem na região, mas a coleta seletiva não atinge toda a população (BEZERRA, 2014).

**Tabela 3.3.1.3-3 – Cobertura da Coleta do Lixo nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape (%) – 2000/2010.**

Município	2000	2010
Iguape	96,65	92,75
Ilha Comprida	93,08	97,91
Estado de SP	98,9	99,66

Fonte: Censo Demográfico 2000/2010; Fundação SEADE, 2016.

Segundo os dados apresentado na **Tabela 3.3.1.3-4**, a rede de abastecimento de água nos municípios é gerenciada pela SABESP, sendo que em 2010 atendeu a 88,75% da população de Ilha Comprida. O serviço ainda não abrange todo o município, porém houve um crescimento no abastecimento entre os anos de 2000 a 2010, de 19,06%, abaixo do apresentado pelo estado de São Paulo, que já cobre 99,66%. Segundo o relatório do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (2015), o município de Ilha Comprida apesar de ser 100% urbano, possui muitas áreas dispersas e pouco adensadas, o que dificulta a implementação da infraestrutura pública. Destaca-se que no município de Iguape ocorreu uma redução na cobertura de abastecimento de água no valor de -0,37%. Esse quadro ocorreu devido ao crescimento do número de domicílios, e ao mesmo tempo a rede de infraestrutura de abastecimento de água não acompanhou essa evolução e, dessa maneira, algumas residências em Iguape não possuem acesso a esse serviço.

**Tabela 3.3.1.3-4 – Cobertura do Abastecimento de Água nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape (%) – 2000/2010.**

Localidade	2000	2010
Iguape	93,51	87,87
Ilha Comprida	74,54	88,75
Estado de SP	98,9	99,66

Fonte: Censo Demográfico 2000/2010; Fundação SEADE, 2016.

### 3.3.1.4 CONFLITOS E IMPACTOS AMBIENTAIS NOS MUNICÍPIOS DA ARIE GUARÁ

O uso e ocupação de um território podem resultar em vários impactos socioambientais, dessa forma, o Diagnóstico Técnico analisou diversos aspectos ambientais, sociais, econômicos que possibilitou a identificação de impactos e conflitos socioambientais na região do Litoral Sul do estado de São Paulo. Cabe ressaltar que algumas questões relacionadas à **Pesca**, ao **Turismo** e a **Comunidade Tradicional**, apresentadas nesse item, serão melhores detalhadas nos tópicos específicos de cada tema. Dentre os principais impactos e conflitos observados destacam-se os seguintes aspectos:

#### **Expansão urbana e especulação imobiliária**

Houve um rápido crescimento urbano na região do Litoral Sul do estado de São Paulo que, segundo Lima e Oliveira (2013), vem causando degradações ambientais e impactos socioambiental irreversíveis. A ocupação urbana nos municípios do Litoral Sul é considerada desordenada (BECEGATO, 2007; SANTOS, 2016; ARARIPE, FIGUEIREDO e DEUS, 2008), principalmente no município de Ilha Comprida, agravada na década de 1970 e 1980, com a especulação imobiliária relacionada ao turismo na região (Mendonça, 2007). Centenas de loteamentos foram vendidos gerando uma ocupação desordenada, contribuindo para aceleração da degradação ambiental da região, pois as ocupações foram efetuadas sem um planejamento adequado de infraestrutura, ocasionando assim, acúmulo de lixo, contaminação dos recursos hídricos, desmatamento da vegetação original, e assim afetando consideravelmente o ecossistema local (DIAS e OLIVEIRA, 2015; LIMA e OLIVEIRA, 2013; SANTOS 2016; BECEGATO, 2007). Conforme assinalado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), um dos grandes problemas da região do Litoral Sul é exatamente o acúmulo de lixo e a poluição causada pelas férias de veraneio, como veremos adiante. Porém o DP assinala que o lixo não provém somente do turismo, há o lixo doméstico gerado nas cidades que não tem o destino adequado, contamina o solo e o lençol freático, como já destacado. No estudo de Becegato (2007), como no presente DT, mostram que no município de Ilha Comprida não há uma vasta cobertura de esgotamento sanitário, sendo a maioria dos domicílios tendo fossa séptica ou despejando resíduos sólidos nos sangradouros, pequenos córregos que levam o esgoto doméstico até o mar.

Cabe destacar que essa expansão urbana também impactou e impacta a vida dos moradores das comunidades tradicionais, afetados especialmente pela especulação imobiliária, já que, significativa parte dessa população deixou seus locais de origem e, dessa maneira, transformando o seu modo tradicional de vida (SABINO, 2012). Segundo Mendonça *apud*. Barbieri & Carvalho (2007), comunidades tradicionais pesqueiras precisam lidar com graves problemas causados pelo avanço dos loteamentos sobre suas terras. Isso é demonstrado no estudo de Santos (2016) que coloca que mesmo com a lei que garanta aos caiçaras continuarem exercendo seu modo de vida tradicional, não acontece na prática, pois o número de pescadores tradicionais vem caindo com o passar dos anos. Segundo a autora isso está atrelado à pobreza, ao crescimento urbano desordenado e as proibições legais na região, dessa forma atingindo e prejudicando o modo tradicional de vida dos caiçaras.

Observa-se que há um conflito constante entre a questão do desenvolvimento econômico local e da questão da gestão e proteção ambiental, pois o município de Ilha Comprida tem 100% da sua totalidade em uma APA (LIMA e OLIVEIRA, 2013; SILVA, SANTOS e CARMO, 2013). Segundo Becegato (2007) é necessário que haja um plano de gerenciamento costeiro que contemple a conservação e o manejo sustentáveis, mas também, que haja uma infraestrutura que atenda à demanda da população.

### **Pressão gerada com intenso contingente de população flutuante formado durante o período de alta temporada**

No período da alta temporada de veraneio (entre os meses dezembro a março) na região do Litoral Sul sua população pode triplicar, acarretando problemas graves na infraestrutura local, pois supera, e muito, a capacidade da região, conseqüentemente, trazendo problemas desde acomodação (moradias 3 a 4 pessoas são ocupadas por 8 a 15 pessoas) até o saneamento básico (falta água potável, não há capacidades de evacuação de esgoto e coleta de lixo domiciliar é precária) (BECEGATO, 2007).

A economia regional é voltada ao turismo e ao setor pesqueiro, portanto, neste período a demanda aumenta nestes setores, sendo importante para o desenvolvimento econômico local. Porém, como não há uma infraestrutura para receber esse contingente populacional, os impactos ambientais causados neste período podem ter conseqüências altas e permanentes se não forem administrados corretamente (LIMA E OLIVEIRA, 2013; BEZERRA, 2014).

Ilha Comprida é o que recebe mais turista entre os municípios do Litoral Sul, e como já apresentado, o município tem a maior porcentagem de domicílios particulares não ocupados de uso ocasional (62%), portanto, domicílio de segunda morada (SILVA; SANTOS; CARMO, 2013). Destaca-se que Ilha Comprida não é autossuficiente em água potável e água para fins domésticos, a ETA (Estação de Tratamento de Água) da SABESP de Iguape supre essa demanda, porém nas férias de veraneio acaba sendo insuficiente (BECEGATO). Destaca-se, como já foi falado, que em altas temporadas a quantidade de esgoto aumenta, portanto, o solo acaba sendo mais afetado e os córregos carregando mais esgoto domiciliar que acabam desaguando no mar, o mau cheiro exala no local (BECEGATO, 2007; ARARIPE, FIGUEIREDO e DEUS, 2008). O município de Ilha Comprida acaba sendo o mais impactado com o turismo de alta temporada, isso pode se agravar, com melhorias na infraestrutura urbana pode vir a aumentar o fluxo de turistas e agravando mais a questão socioambiental do local.

O Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) destacou que o turismo na região afeta diretamente a ARIE do Guará, pois acontece de maneira desordenada, não havendo um controle para acessar a área. Almeida e Suguiu (2010) apontam em seu artigo que, mesmo com leis vigentes nas áreas de proteção ambiental, há turistas que realizam visitas sem preparo nenhum, sem ter conhecimento dos cuidados que área necessita. O DP apontou que há barcos com turistas, que saem de Iguape, fazendo barulho na área, dessa maneira, espantando peixes e aves com a perturbação sonora. Além de haver turistas que retiram manguezais para chegar ao estuário. Segundo Almeida e Suguiu (2010) os manguezais protegem e auxiliam na reprodução de espécies de animais e de plantas, ainda protegem as margens de erosão e assoreamento de linhas costeiras. Esse conjunto de fatores afetam a fauna e a flora do local, portanto, é importante que haja cuidado ao acessar a área, para isso é necessária uma fiscalização adequada, com capacitações para agentes de turismo e servidores públicos, visitas guiadas e que haja uma conscientização ambiental desses turistas. (ALMEIDA. & SUGUIO, 2010)

### **Poluição Marinha**

Segundo Bezerra *apud*. Moore (2014), o lixo marinho têm conseqüências prejudiciais a todo o ecossistema oceânico, pois reduz a aptidão de diversos organismos, afetando a sobrevivência e reprodução de populações marinhas, como a destruição de seu habitat natural (BEZERRA, 2014).

A poluição marinha pode vir do continente através de lixos a margem das praias, de rios, de atividades turísticas desordenadas e de drenagens de esgotos. O Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) apontou que há resíduos que são jogados diretamente ao mar por embarcações. O

levantamento realizado pelo diagnóstico técnico comprova que há resíduos lançados ao mar tanto de embarcações de pesca (restos de petrechos de pesca) quanto de embarcação de lazer (abandono de redes e linhas de pesca ou embalagens de óleo diesel) (BEZERRA, 2014; BEVILACQUA, TIBERIO e DALAMA, 2011). Os itens considerados como principais poluidores do ambiente marinho são o plástico, hidrocarbonetos do petróleo, pela água de lastro e pela eutrofização (BEVILACQUA, TIBERIO e DALAMA *apud.* OLIVEIRA, 2011).

A contaminação do ambiente marinho causa impacto na saúde humana também, pois a cadeia alimentar pode ser contaminada. Além de impactos para a segurança das navegações (BEZERRA *apud.* GREGORY, 2014), conforme indicado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Segundo Bevilacqua *et. al.*, (2011) “sacos plásticos podem bloquear as saídas de ar dos motores dos barcos provocando o superaquecimento e as redes e linhas de pesca abandonadas enroscam em hélices e paralisam os motores, podendo causar prejuízos financeiros pelo reparo do equipamento e pelos dias de pesca parados, além de por em risco a vida do pescador que trabalha em alto-mar”. A poluição marinha também traz sérios riscos para peixes, aves, entre outros animais, como visto no início desse subitem, eles acabam ingerindo plásticos, causando asfixia e ferimentos, podendo impedir a locomoção e obtenção de alimento (GREGORINI, 2010), além de peixes, répteis e mamíferos ficarem presos a redes soltas no mar, causando prejuízos ambientais e até mesmo financeiros à comunidade da região (BEVILACQUA *et. al.*, 2011).

Segundo Gregorini (2010), as comunidades costeiras são as mais prejudicadas pela poluição marinha, dado que a poluição pode afastar a presença de turistas, dessa forma diminuindo o desenvolvimento econômico costeiro, além de aumento com os gastos públicos das prefeituras para minimizar a poluição nas parias. Outro ponto importante levantado pelo autor foi às consequências que a poluição pode trazer para o aumento da mortalidade da vida marinha, diminuindo a quantidade de pescado e consequentemente a soberania alimentar familiar e a renda dos pescadores.

### **Embarcações de cargas, navios Petroleiros e exploração de petróleo e gás natural**

A área que está localizada no Litoral Sul tem uma grande sensibilidade ao derramamento de óleo, como constatou Wieczoreh (2007). Como já abordado, a pesca e o turismo são as principais atividades econômicas da região, portanto, a pesca é a mais sensível a derramamentos de óleo, além de prejudicar a renda do pescador, prejudica na soberania alimentar das famílias pescadoras. Se a região for atingida por algum derramamento de óleo o turismo será afetado, consequentemente, atingindo a renda de comunidades que trabalham com o turismo na época de veraneio (WIECZOREK, 2007).

Um aspecto de grande relevância que foi apontado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) foi a respeito dos riscos ambientais relacionados aos impactos referentes à exploração de óleo e gás nas plataformas marítimas no entorno marinho da APAMLS, que podem ocasionar acidentes e ter vazamentos de óleo no mar. A possibilidade que ocorra algum vazamento de óleo e derivados seria através de algum acidente associado ao tráfego de navios e petroleiros em alto mar ou nos portos de Paranaguá (PR) ou de Santos (SP) (PETROBRAS, 2012). Wieczoreh (2007) coloca que existe a possibilidade de ocorrer algum acidente, mas é baixa, pois os pontos de risco não são tão próximos à área do Litoral Sul. Porém, ele relata o acidente que ocorreu em novembro de 2004 com o navio Vincunho que estava atracado no Porto de Paranaguá, no estado do Paraná. Houve uma explosão no navio que transportava querosene. O vazamento foi grande, atingindo Parque Nacional do Superaguí, o norte do Paraná, vizinho ao município de Cananéia, pois as direções das correntes costeiras, nessa região, ocorrem no sentido do norte. Dessa maneira, comprova-se que podem ocorrer vazamentos próximos a área, portanto há riscos ambientais.

### Canal do Valo grande

O Canal do Valo Grande afeta negativamente a ARIE do Guará. Quando inaugurado possuía 4,40 m de largura, hoje possui 300 m de largura e com alguns pontos acima de 12 metros de profundidade (OLIVEIRA, 2015), portanto, boa parte das águas do Rio Ribeira do Iguape passou a correr no Valo Grande, abandonando a sua foz original (SANTOS *apud*. HENRIQUE & MENDES, 2016). O alargamento do Canal transformou a paisagem e as características do Mar Pequeno que teve sua salinidade alterada. O seu percurso hoje, carrega um alto volume de água doce para todo o sistema estuarino, fazendo com que houvessem alterações ambientais na região, afetando a flora e a fauna local (SANTOS, 2016), como destacado no **Item 3.1 - Meio Físico** do presente estudo. Cabe observar que os impactos gerados pelo Valo Grande afetam mais diretamente a ARIE do Guará, por localiza-se numa área estuarina próxima ao Canal. Porém, os sedimentos levados para a área do mar também afetam a vida marinha.

### Sinalização

Cabe destacar que, existe uma falta de conhecimento e informação referente às regras de proteção das Unidades de Conversação, tanto dos turistas quanto dos moradores locais (BECEGATO, 2007). O Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) já havia destacado a importância de trabalhos direcionados a sinalização e explicação da existência de unidades de Conservação no território, bem como seus regramentos e limites.

## 3.3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL

### 3.3.2.1 DINÂMICA POPULACIONAL

A caracterização da organização social e institucional dos municípios de Ilha Comprida e Iguape apresentada a seguir estão baseada em dados oficiais pesquisados na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), como também no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, entre outros.

A **Tabela 3.3.2.1-1** apresenta a quantidade de habitantes dos municípios de Ilha Comprida e Iguape nestes últimos vinte anos. No município de Iguape, entre os anos de 1991 a 2015, a população passou de 27.812 para 29.082, não houve um aumento expressivo, por outro lado, destaca-se a redução da população rural em quase 50% neste período, que passou de 6.696 (1991) para 3.810 (2015). Essa tendência de migração populacional de áreas consideradas rurais para a área urbana nesse município começou após os anos 1970. Nessa década a população rural era superior à urbana. Já no município de Ilha Comprida nota-se que, há um aumento efetivo da população entre 2000 e 2010, passando de um total de 6.653 para 9.003 e chegando a 9.647 pessoas em 2015. Apesar de apontar um crescimento relativamente alto, o município possui pequeno porte tendo em vista que sua população não ultrapassa os 10 mil habitantes. Nota-se que não há população rural em Ilha Comprida, visto que pela Lei Orgânica municipal não há zona rural na ilha, sendo assim classificada como 100% urbana.

**Tabela 3.3.2.1-1 – Evolução da População Total nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 1991/2015.**

Área /Ano	Iguape				Ilha Comprida			
	1991	2000	2010	2015	1991	2000	2010	2015
Urbana	21.116	21.920	24.677	25.272	NA	6.653	9.003	9.647
Rural	6.696	5.490	4.152	3.810	NA	NA	NA	NA
Geral	27.812	27.410	28.829	29.082	NA	6.653	9.003	9.647

Fonte: Censo Demográfico 1991/2010; Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica

No que se refere à composição por sexo da população no município, a porcentagem entre homens e mulheres nos últimos anos é aproximadamente igual entre ambos. Em 2015 no município de Iguape eram 49,9% homens e 50,1% mulheres e em Ilha Comprida 49,1% homens e 50,9% mulheres, como indica a **Tabela 3.3.2.1-2.**

**Tabela 3.3.2.1-2 – População por sexo Total nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2000/2015.**

Ano/Sexo	Iguape				Ilha Comprida			
	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%
2000	13.423	49	13.987	51	3.279	49,3	3.374	50,7
2010	14.371	49,8	14.458	50,2	4.538	50,4	4.465	49,6
2015	14.575	50,1	14.507	49,9	4.913	50,9	4.734	49,1

Fonte: Censo Demográfico 2000/2010; Fundação SEADE, 2016.

Nos municípios de Ilha Comprida e Iguape, a faixa etária mais significativa era de 30 a 54 anos, seguida da faixa de 15 a 29 anos, ou seja, há um predomínio de população adulta e de jovens. Observa-se na tabela abaixo que nos últimos quinze anos houve uma tendência de redução nas faixas etárias representadas por crianças e adolescentes (entre 0 a 14 anos), sendo no município de Ilha Comprida, a faixa etária de 0 a 14 anos, 28% em 2000 para 20% em 2015, conforme a **Tabela 3.3.2.1-3.** Casos semelhantes em Iguape, sendo, 29% da população na faixa etária de 0 a 14 anos em 2000, e 21% em 2015. Contudo houve um crescimento da população em outras faixas etárias, com destaque para as faixas entre 55 a 64 anos e da população mais idosa acima de 65 anos de idade.

**Tabela 3.3.2.1-3 – População por faixa etária nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2000/2015 (Em %)**

Faixa etária	Iguape			Ilha Comprida		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015
0 a 14 anos	29%	25%	21%	28%	23%	20%
15 a 29 Anos	27%	22%	23%	25%	19%	22%
30 a 54 Anos	29%	33%	33%	33%	34%	31%
55 a 64 anos	8%	9%	10%	8%	13%	13%
65 e mais	7%	11%	12%	6%	10%	13%

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

De modo geral, nota-se uma a tendência do envelhecimento da população, sendo esse processo relacionado à queda da fecundidade das mulheres, como também das taxas negativas de migração e pelo aumento da longevidade da população. Esse último fator está diretamente envolvido com a melhoria dos serviços de saúde, das condições sanitárias e do avanço da qualidade da alimentação da população. Há que se destacar ainda a melhoria do acesso à educação tendo em vista que com mais instrução a população em geral passa a buscar mais informações, dentre elas, seus direitos. Outro fator importante a ser mencionado é o acesso da população idosa a previdência social, todas essas circunstâncias fazem com que haja uma melhor qualidade de vida da população, aumentando dessa maneira sua expectativa de vida (CAMARANO, 2002).

Observa-se na Tabela 3.3.2.1-4, referente ao índice de envelhecimento da população (medida que calcula a proporção de pessoas de 60 e mais anos de idade por 100 indivíduos de 0 a 14 anos), que os municípios mostram um aumento relevante no índice de envelhecimento nos últimos 15 anos. Erro! Fonte de referência não encontrada. **Tabela 3.3.2.1-4 – Índice de Envelhecimento nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2000/2015 (Em %).**

Localidades	2000	2010	2015
Iguape	37,3	61,3	78,9
Ilha Comprida	36,6	70,5	96,4
<b>Estado de SP</b>	<b>34,1</b>	<b>53,9</b>	<b>67,2</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

O ritmo da Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população de Iguape e Ilha Comprida segue a tendência do estado de São Paulo, que entre 1991/2000 a 2000/2010 declinou de 1,82% para 1,09%. O município de Iguape demonstra um declínio alto na TGGA, de acordo com **Tabela 3.3.2.1-5**, entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de crescimento foi de 0,51%. Este declínio ocorreu também no município de Ilha Comprida, passando de 9,51% (1991/2000) para 3,07% (2000/2010), porém, houve um crescimento alto e superior ao do estado tanto em 1991/2000 quanto em 2000/2010. No entanto, a taxa elevada registrada em Ilha Comprida provavelmente está relacionada com a fundação do município em 1991, como também da migração populacional que houve em seguida nessa localidade.

**Tabela 3.3.2.1-5 – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 1991/2010 (em % a.a.).**

Localidade	1991/2000	2000/2010
Iguape	0,74	0,51
Ilha Comprida	9,51	3,07
<b>Estado de SP</b>	<b>1,82</b>	<b>1,09</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Há que se destacar que a queda da fecundidade, é um dos indicadores mais significativos para entender a desaceleração do crescimento populacional. A redução da fecundidade está relacionada a vários fatores, dentre eles, a mudança do papel da mulher na sociedade, aos métodos preventivos de gravidez com o uso de anticoncepcionais, as mudanças econômicas e sociais, entre outros. As taxas tiveram uma significativa queda na taxa de fecundidade geral das mulheres entre 15 e 49 anos no estado de São Paulo, confirmando que há uma tendência na diminuição da fecundidade no país (**Tabela 3.3.2.1-6**).

**Tabela 3.3.2.1-6 – Taxa de Fecundidade Geral nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2000/2010 (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos).**

Localidade	2000	2010
Iguape	93,94	51,08
Ilha comprida	50,76	54,95
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>65,56</b>	<b>51,12</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

A **Tabela 3.3.2.1-7** apresenta o saldo migratório nos municípios de Ilha Comprida e Iguape, dessa maneira, entende-se o fluxo migratório na região. O município de Ilha Comprida teve no ano de 2000, uma taxa anual de migração de 76,96, sendo um saldo migratório de 369 pessoas neste ano. Esse resultado está associado a sua fundação municipal em 1991, dessa maneira, atraindo novos habitantes. Em 2010, nota-se uma pequena redução neste fluxo, mas ainda assim continuou sendo positiva e maior que a taxa do estado de São Paulo. Já no município de Iguape houve um saldo migratório negativo entre os anos de 1991 ao ano de 2010, conforme **Tabela 3.3.2.1-7**. Este quadro pode estar atribuído à falta de oportunidades no município, a falta de perspectiva de emprego e de uma inserção socioeconômica da população.

**Tabela 3.3.2.1-7 – Saldo Migratório nos Municípios da região do Litoral Sul – 1991/2010.**

Localidade	Saldo Migratório			Taxa Anual de Migração (por mil habitantes)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Iguape	-55	-173	-127	-2,17	-6,52	-4,52
Ilha Comprida	NA	369	171	NA	76,96	21,84
<b>Estado de SP</b>	<b>53.352</b>	<b>147.443</b>	<b>47.265</b>	<b>1,9</b>	<b>4,31</b>	<b>1,21</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Cabe apontar a importância da migração temporária, o que é chamado de “população flutuante”, das pessoas que vão ao litoral durante os períodos de temporadas, feriados e para as festas religiosas promovidas nessas localidades. Esta população é formada por um público que não mora nas cidades, mas que podem se estabelecer por um período ou somente passar o dia no local, no entanto esses fluxos demandam o uso das infraestruturas instaladas, bem como dos serviços oferecidos por esses municípios. Um dado relevante sobre a dinâmica populacional envolve a projeção demográfica. Estima-se que a população fixa residente no município de Ilha Comprida em 2030 seja 11.358 (SEADE, 2016).

### 3.3.2.2 VULNERABILIDADE SOCIAL

O Vale do Ribeira é considerado uma das regiões mais vulneráveis do estado de São Paulo tendo em vista os baixos índices de desenvolvimento humano e a sua reduzida participação no PIB geral do estado. Nos últimos anos esse quadro vem apresentando avanços e um dos indicadores que auxilia no entendimento do grau de desenvolvimento local envolve a Renda *per Capita* dos municípios, ilustrando assim a renda média da população. Conforme a **Tabela 3.3.2.2-1**, observa-se que no ano de 2000, Iguape (R\$241,60) e Ilha Comprida (R\$330,69) possuíam uma renda *per capita* menor que a média estadual (R\$ 440,92). Após uma década houve um aumento desta média da renda per capita nos municípios do Litoral Sul, mas ainda abaixo da média do estado de São Paulo. Em Iguape a média foi quase a metade da estadual, R\$ 454,99. Em 2010, no município de Ilha Comprida 31,17% da população tinha renda de até ½ salário mínimo (R\$ 225,00) e 13,9% somente ¼ de salário mínimo (R\$ 127,50), como mostra a **Tabela 3.3.2.2-2**.

Tabela 3.3.2.2-1 – Renda *per capita* nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape (em reais correntes) – 2000/2010.

Localidades	Ano	
	2000	2010
Iguape	241,6	454,99
Ilha Comprida	330,69	506,29
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>440,92</b>	<b>853,75</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

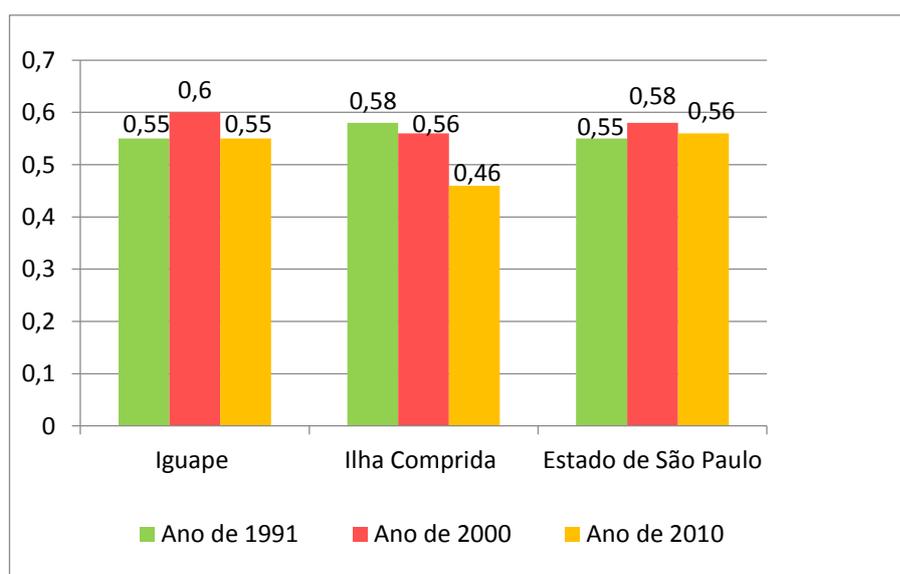
Tabela 3.3.2.2-2 – Renda *per Capita* nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape (salário mínimo) – 2010.

Localidades	Renda per Capita até 1/2 Salário Mínimo	Renda per Capita até 1/4 Salário Mínimo
Iguape	38,67%	17,76%
Ilha Comprida	31,17%	13,9%

Fonte: Censo Demográfico – 2010. Fundação SEADE, 2016. **Observa-se** que o índice nos dois municípios diminuiu entre os anos de 1991 a 2010. Porém, em Iguape houve um aumento entre 1991 e 2000, passando de 0,55 para 0,6, respectivamente, dessa maneira houve um aumento de 9% em Iguape. O menor índice entre os municípios, e até mesmo menor que o índice do estado, foi no município de Ilha Comprida, onde foi registrado índice de Gini de 0,46. Mesmo com a evolução do índice de forma negativa nestes últimos vinte anos, o gráfico mostra que ainda a uma concentração de renda em uma parcela da população.

Figura 3.3.2.2-1A **Figura 3.3.2.2-1** apresenta o Índice de Gini dos municípios de Ilha Comprida e Iguape, medida essa utilizada para avaliar a concentração de renda de um determinado local. A medida é calculada de 0 a 1, sendo que quanto mais perto do zero existe mais igualdade entre a população e quanto mais perto do 1 mais desigualdade entre os habitantes de uma localidade. Observa-se que o índice nos dois municípios diminuiu entre os anos de 1991 a 2010. Porém, em Iguape houve um aumento entre 1991 e 2000, passando de 0,55 para 0,6, respectivamente, dessa maneira houve um aumento de 9% em Iguape. O menor índice entre os municípios, e até mesmo menor que o índice do estado, foi no município de Ilha Comprida, onde foi registrado índice de Gini de 0,46. Mesmo com a evolução do índice de forma negativa nestes últimos vinte anos, o gráfico mostra que ainda a uma concentração de renda em uma parcela da população.

Figura 3.3.2.2-1 – Índice de Gini nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 1991/2010.



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

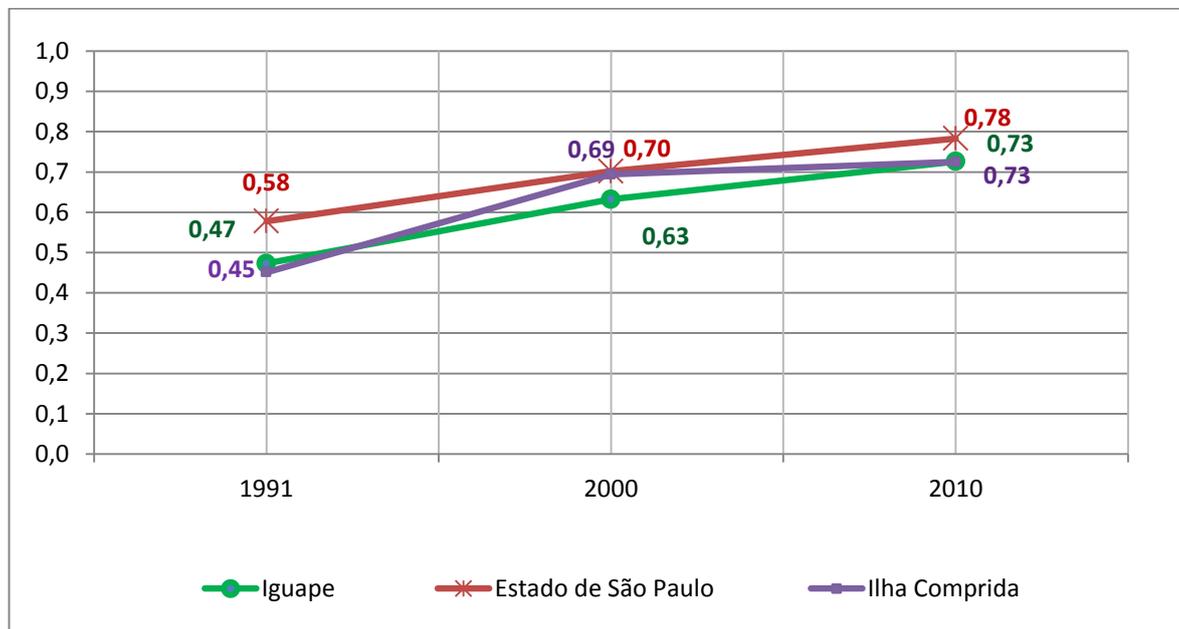
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) faz uma análise socioeconômica relevante para entender as desigualdades locais, o IDH foi criado para fazer um contra ponto ao indicador do Produto Interno Bruto (PIB), por sua vez, considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O índice verifica três componentes: renda, educação e longevidade. A classificação pressupõe que os locais que apresentam baixo IDH são aquelas com índices entre 0 e 0,499; médio para aqueles com índice entre 0,500 e 0,799 e aqueles que apresentam índices de 0,800 a 1 são considerados com índice de alto desenvolvimento humano. Os municípios de Iguape e Ilha comprida tiveram um aumento positivo no Índice de Desenvolvimento Humano entre 1991 a 2010, conforme exibe a Tabela 3.3.2.2-3, ou seja é observada uma evolução de índice considerado baixo para um médio. A evolução foi semelhante ao estado de São Paulo, que em 1991 tinha índice 0,58 e em 2015 era de 0,78. Destaca-se o município de Ilha Comprida que ficou em 2000 na posição em 96ª no Ranking dos Municípios do estado de São Paulo, posição alta em relação à Cananéia e a Iguape que ficaram entre 433 e 392, respectivamente. O IDH de Ilha Comprida subiu 53,3% no período de 1991 a 2000.

Tabela 3.3.2.2-3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 1991/2010.

Localidades	ANO		
	1991	2000	2010
Iguape	0,47	0,63	0,73
Ilha Comprida	0,45	0,69	0,73
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>0,58</b>	<b>0,70</b>	<b>0,78</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Figura 3.3.2.2-2 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape– 1991/2010.



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Tabela 3.3.2.2-4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape– 1991/2010.

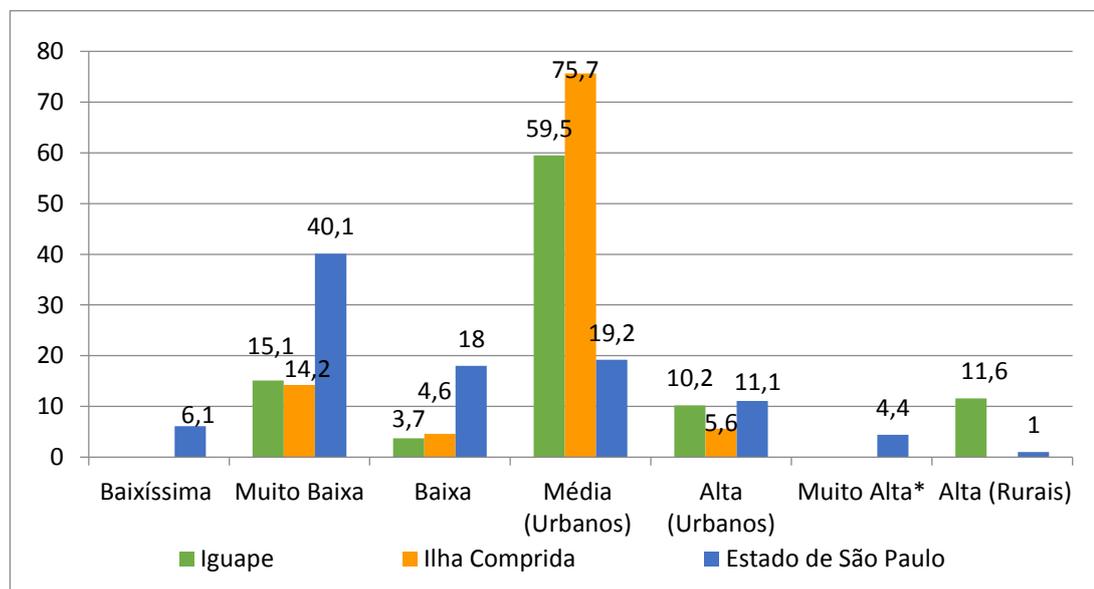
Localidades	IDH -Longevidade			IDH – Educação			IDH – Renda		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Iguape	0,715	0,778	0,847	0,255	0,493	0,653	0,58	0,657	0,691
Ilha Comprida	0,695	0,79	0,823	0,22	0,6	0,666	0,601	0,705	0,696
Estado de São Paulo	0,363	0,581	0,719	0,729	0,756	0,789	NA	NA	NA

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Cabe apontar que mesmo com a melhora do IDHM e do índice de Gini, é importante entender o grau de vulnerabilidade da população desses municípios. Para tanto, utiliza-se o Índice de Vulnerabilidade Social (IPVS), que possibilita entender com mais profundidade a situação vivida pelos moradores desses municípios, pois engloba várias informações referentes ao uso de serviços públicos, como do acesso a educação. Os dados são apresentados através de vulnerabilidade baixíssima a muito alta, sendo classificados sete grupos no total, incluindo população urbana e rural.

A maioria da população dos dois municípios se encontravam em condições de vulnerabilidade média, sendo 59,5% delas residentes em Iguape e 75,7% na Ilha Comprida. Destaca-se que em Ilha Comprida havia 5,6% da sua população em condições de alta vulnerabilidade e 14,2% com grau bem baixo de vulnerabilidade. Cabe apontar que, de acordo com as informações apresentadas, há uma vulnerabilidade rural considerada alta no município de Iguape, sendo 11,6%.

Figura 3.3.2.2-3 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social nos Município de Ilha Comprida e Iguape – 2010 (em %).



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

### 3.3.2.3 LIDERANÇAS

A participação de atores da sociedade civil e de instituições públicas na construção de projetos que busquem a sustentabilidade local é fundamental para qualquer município. Cabe destacar que, no caso da região do Litoral Sul de São Paulo, as lideranças possuem papel primordial para legitimar as ações e as

melhores decisões para a construção do Zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha e, desta forma, são de extrema importância. Esses atores tem um papel direto ou em alguns casos indireto para a gestão local e da própria ARIE. Destaca-se que algumas instituições atuantes na região do Litoral Sul, e no próprio município de Ilha Comprida, já foram identificadas por meio do Diagnóstico Participativo realizado em 2013 para elaboração do Plano de Manejo da APAM Litoral Sul e da ARIE do Guará (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Porém, o documento aqui apresentado atualizou essa lista, verificando se as entidades identificadas no DP estão atuantes, como também, a lista foi complementada com outros atores importantes para os municípios da APAMLS. Dentre as instituições encontram-se entidades ligadas à pesca, ao turismo, representações de comunidades locais, sindicatos, associações, instituições de pesquisa, universidades e o poder público. Ampliar essa rede e fortalecer a participação de todos se mostra vital para a gestão dos recursos marinhos. A seguir são apresentados os principais lideranças atuantes neste setor litorâneo.

#### ■ **Representantes do Poder Público**

- Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN);
- Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH – VR - LS);
- Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA);
- Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA);
- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI);
- Estação Ecológica (ESEC) Tupiniquins;
- Fundação Florestal;
- Instituto de Pesca;
- Prefeitura Municipal de Iguape
- Prefeitura Municipal de Ilha Comprida
- Prefeitura Municipal de Cananéia;
- PETROBRAS;
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

#### ■ **Representantes da Sociedade Civil**

- Amigos do Mar;
- Associação de Preservação de Espécies Nativas da Mata Atlântica – APENMA;
- Associação Rede Cananéia;

- Associação VIVAMAR;
- Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – Coati;
- Colônia de pescadores Z-7 “Veiga Miranda” – Iguape;
- Crescer para o Futuro;
- Federação Paulista de Pesca Esportiva;
- Instituto Biodiversidade Austral;
- Instituto Laje Viva;
- Instituto de Pesquisa de Cananéia – IpeC;
- Lassus – Instituto Laços para Soluções Sustentáveis;
- Pastoral da Pesca de Iguape/Ilha Comprida;
- Sindicato dos Trabalhadores em Comercio Hoteleiro e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira – SINTHORESS.

■ **Representantes de Instituições de Pesquisa**

- Instituto Oceanográfico – USP;
- NUPAUB/USP;
- UNESP/Registro;
- UFSCar.

### **3.3.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA**

#### **3.3.3.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS**

Como já dito nesse capítulo, as principais atividades econômicas nos municípios de Iguape e Ilha Comprida estão vinculadas ao primeiro setor, especialmente o que envolve a pesca, e ainda ao terceiro setor, mais especificamente das atividades relacionadas ao turismo.

As atividades turísticas na região do Litoral Sul de São Paulo estão ligadas a beleza natural da região. Significativa parte da área ainda encontra-se preservada, atraindo pessoas com interesse no ecoturismo e no turismo de aventura. O litoral também recebe muitos turistas na época de alta temporada, movimentando a economia local apesar da infraestrutura instalada ainda não ser suficiente para atender essa população flutuante. Cabe destacar que esse tema será tratado mais adiante.

O setor pesqueiro é bastante relevante nos municípios, há uma vasta variedade de peixes, crustáceos e moluscos na região. Dentre a atividade pesqueira, a pesca artesanal é destaque na economia local, essa prática que apresenta uma grande importância econômica e, principalmente, social. A pesca artesanal, diferentemente da industrial, prioriza técnicas que conservam o meio ambiente (MENDONÇA, 2007). No município de Ilha Comprida são praticadas diferentes artes de pesca artesanal, sendo estas tradicionais da cultura caçara, observa-se que no **Item - Comunidades Tradicionais**, presente no Diagnóstico, será melhor detalhado essas questões.

A **Tabela 3.3.3.1-1** apresenta o PIB dos municípios de Iguape e Ilha Comprida, observa-se que o Litoral Sul obteve um crescimento de 41,7% do PIB entre o ano de 2012 e 2013. Este crescimento foi bem maior que do estado de São Paulo (9,87%), porém, a contribuição da região para o PIB estadual representa apenas 0,24%. Nota-se que o PIB do município de Ilha Comprida evoluiu 71,8% (R\$ 2.404.136,75) e participou com 57,45% do PIB total da região do Litoral Sul. Esse crescimento pode estar vinculado com a arrecadação dos Royalties relacionados com a exploração de petróleo e gás natural nas áreas de Baúma e Piracaba, localizadas ao sul da Bacia de Santos, a cerca de 200 km da costa litorânea (SEADE, 2016). A questão dos royalties, bem como a sua distribuição, é apresentada com mais detalhe no item deste Diagnóstico referente às finanças públicas. O município de Iguape alcançou o valor de R\$ 1.330.438,83, no ano de 2013.

**Tabela 3.3.3.1-1 – PIB nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2013.**

Localidade	PIB	Crescimento entre 2012/2013 (%)	Participação (%)	
			Litoral Sul	Estado de SP
Iguape	1.330.438,83	19,8	31,79	0,08
Ilha Comprida	2.404.136,75	71,8	57,45	0,14
<b>Litoral Sul</b>	<b>4.184.993,90</b>	<b>41,7</b>	<b>100</b>	<b>0,24</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1.708.221.389</b>	<b>9,87</b>	<b>-</b>	<b>100</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

O valor total do PIB *per Capita* apresentado pela região do Litoral Sul, em 2013, foi de R\$ 112.990,78, soma superior ao que foi demonstrado pela média do estado de São Paulo, um total de R\$ 40.379,00. Porém, o município de Ilha Comprida apresentou um PIB *per Capita* bem superior ao da região do Litoral Sul e do estado de São Paulo, sendo de R\$256.195,31, conforme a **Tabela 3.3.3.1-2**.

**Tabela 3.3.3.1-2 – PIB per Capita nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2010/2013.**

Localidade	2010	2011	2012	2013
Iguape	8.910,33	28.493,43	38.377,38	45.908,86
Ilha Comprida	9.844,77	10.319,00	151.211,15	256.195,31
<b>Litoral Sul</b>	<b>17.980,49</b>	<b>35.890,28</b>	<b>75.294,84</b>	<b>112.990,78</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>31.405,47</b>	<b>34.506,11</b>	<b>37.070,78</b>	<b>40.379,00</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

No litoral Sul do estado de São Paulo, o setor que mais contribuiu para compor o PIB, do ano de 2013, foi a Indústria, com 65,45% do total (**Tabela 3.3.3.1-3**), sendo Ilha Comprida o município que obteve o maior Valor Adicionado vinculado à indústria, chegando a R\$1.697.498,25. Tal fato envolve o setor de construção civil, possivelmente associado aos processos de especulação imobiliária nesse município, o que paralelamente ocasiona problemas de ordem social, ambiental e de infraestrutura.

Embora os setores da indústria, de serviços e comércio tenham uma representatividade financeira maior no Litoral Sul, há de destacar o setor agropecuário da região, com participação foi de R\$ 63.174,6 em

2013. O município que obteve maior Valor Adicionado neste setor foi Iguape (R\$ 57.377,79), onde há um número maior de população rural na região do Litoral Sul.

**Tabela 3.3.3.1-3 – Valor Adicionado nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2013.**

Localidade	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Iguape	57.377,79	761.372,03	492.861,17	93.891,61
Ilha Comprida	2.335,42	1.697.498,25	684.869,78	59.226,74
<b>Litoral Sul</b>	<b>63.174,64</b>	<b>2.700.572,07</b>	<b>1.362.583,49</b>	<b>198.100,35</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>117.110,00</b>	<b>323.301.602,00</b>	<b>1.062.697.956,00</b>	<b>142.212.558,00</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016. Valores expressos em Mil Reais correntes.

A rede de serviços e comércio, como já apontado, é uma das principais fontes de geração de renda e trabalho no Litoral Sul do estado de São Paulo, dessa forma, a **Tabela 3.3.3.1-3** mostra a importância que tem esse setor na região. A indústria representa relevante participação nas finanças dos dois municípios, em Iguape estão vinculadas as indústrias têxteis, bebidas e de fabricação de cerâmica que despontam na geração de empregos e na geração de riqueza. Destaca-se em Iguape, também, a extração de areia, e em Ilha Comprida a construção civil (RAIS/MTE, 2014).

### 3.3.3.2 EMPREGO

A **Tabela 3.3.3.2-1** refere-se à População Economicamente Ativa (PEA) nos município de Iguape e Ilha Comprida, com 10 anos de idade ou mais. Nota-se que Ilha Comprida obteve um crescimento percentual da PEA de 40,77%, entre os anos de 2000 a 2010, passando de 5.523 para 7.775. Isso pode ser explicado pela taxa de crescimento da população neste mesmo período, que foi de 3,07. Entretanto, Iguape não obteve uma grande variação, sendo 9,96% de crescimento percentual da PEA entre os anos de 2000 a 2010.

**Tabela 3.3.3.2-1 – PEA nos Municípios nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2000/2010.**

Localidade	2000	2010	Varição 2000/2010
Iguape	22.170	24.378	9,96%
Ilha Comprida	5.523	7.775	40,77%
<b>Litoral Sul</b>	<b>27.693</b>	<b>42.387</b>	<b>53,06%</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

No que tange a evolução do emprego formal, nota-se um saldo negativo de - 454 vagas nos últimos quatro anos no município de Iguape, porém, no município de Ilha Comprida houve uma variação positiva de 53,9%, entre 2010 a 2014, com um crescimento de 649 empregos formais em 2014 (**Tabela 3.3.3.2-2**).

**Tabela 3.3.3.2-2 – Evolução do Emprego Formal nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2010/2014.**

Localidade	2010	2011	2012	2013	2014	Varição 2010/2014	
						Saldo	%
Iguape	2.304	2.468	2.449	2.638	1.850	-454	-19,7
Ilha Comprida	1.205	1.340	1.400	1.498	1.854	649	53,9
<b>Litoral Sul</b>	<b>4.750</b>	<b>5.131</b>	<b>5.211</b>	<b>5.546</b>	<b>5.149</b>	<b>399</b>	<b>8,4</b>

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

Como as principais bases econômicas dos municípios estão associadas ao turismo e à pesca o número de empregos por setor de atividade econômica mostra que, 56,9% estavam ligados a serviços (21,5%) e a comércios (35,3%), como apresenta a **Tabela 3.3.3.2-3**. Já o setor primário com a agropecuária, extração vegetal e pesca teve uma participação de 0,6% nos empregos formais em 2014. Já a indústria, que apresenta o maior valor adicionado na região, ofertou 4,8% dos empregos.

**Tabela 3.3.3.2-3 – Empregos por Setor de Atividade Econômica nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape – 2014.**

Setor	Iguape	Ilha Comprida
Extrativa mineral	21	0
Indústria de transformação	168	8
Serviços industriais de utilidade pública	64	10
Construção Civil	3	55
Comércio	818	491
Serviços	555	243
Administração Pública	39	1.037
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	182	10
<b>Total</b>	<b>1.850</b>	<b>1.854</b>

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

Em 2014, observa-se que o município de Iguape concentrava o maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços, totalizando 49,5% (**Tabela 3.3.3.2-4**). Como este município possui o maior porte entre os demais, Iguape é considerado o principal centro no Litoral Sul e, assim, concentra importante número de estabelecimentos. Além disso, por já ter sido um entreposto para região herdou essa vocação comercial e com mais infraestrutura que os outros dois municípios.

**Tabela 3.3.3.2-4 – Total de Estabelecimentos por setor de atividade econômica nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape– 2014.**

Setor	Iguape	Ilha Comprida
Extrativa mineral	3	0
Indústria de transformação	18	4
Serviços industriais de utilidade pública	3	2
Construção Civil	4	8
Comércio	180	100
Serviços	117	71
Administração Pública	2	2
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	55	2
<b>Total com setores</b>	<b>382</b>	<b>189</b>

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

A **Tabela 3.3.3.2-5** demonstra o total de vínculo por setor em relação às atividades econômicas dos municípios de Iguape e Ilha Comprida, nota-se que há uma representatividade do setor de comércio com 1.266 vínculos ativos, reforçando o papel central dos municípios no que tange a atividade do setor terciário, observa-se um número de vínculos nos setores de restaurantes e bebidas, totalizando 133.

Os serviços de atendimento ao turismo foram representativos nos municípios, conforme indica a **Tabela 3.3.3.2-5**, verifica-se que a infraestrutura hoteleira tem 82 grupos ativos nos municípios. A atividade de construção civil e edificações em Ilha Comprida também foi um ramo importante na geração de empregos em 2014. Contudo, a atividade pesqueira, com vínculo formal, foi baixa no município de Iguape e não teve nenhuma representatividade em Ilha Comprida. O número de empregos vinculados com a pesca em

Iguape se relaciona à pesca industrial, que não tem tanto destaque no município, por isso o número baixo. Na Ilha Comprida e Iguape a pesca artesanal é mais expressiva, sendo essa atividade menos formalizada.

**Tabela 3.3.3.2-5 – Total de Vínculos Ativos por Grupos de atividade econômica nos Município de Ilha Comprida e Iguape– 2014.**

Setor	Iguape	Ilha Comprida
Pesca	3	0
Agropecuário	171	0
Extração de pedra, areia e argila	21	0
Extração de petróleo e gás natural	0	0
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	0	0
Construção de embarcações	0	0
Construção de edifícios	0	40
Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	2	0
Fabricação de bebidas não alcoólicas	14	0
Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	29	0
Fabricação de produtos cerâmicos	61	0
Fabricação de artefatos para pesca e esporte	0	0
Transporte marítimo de cabotagem e longo curso	0	0
Transporte por navegação interior	0	0
Navegação de Apoio	0	0
Outros transportes aquaviários	0	0
Armazenamento, carga e descarga	2	0
Atividades auxiliares dos transportes aquaviários	0	0
Hotéis e similares	30	52
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	68	65
Comercio	776	490
<b>Total com setores</b>	<b>1177</b>	<b>647</b>

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

### 3.3.3.3 FINANÇAS PÚBLICAS

As finanças públicas são importantes indicadores econômicos e ilustram, dentre muitos aspectos, as receitas e despesa municipais. Os dados referentes aos municípios do Litoral Sul foram coletados na Fundação SEADE, sendo as informações mais recentes de 2011, porém, o município de Ilha Comprida não disponibilizou dados sobre as finanças neste ano e, desta forma, o diagnóstico apresenta a análise dos dados do ano de 2010.

Conforme as informações levantadas, Iguape e Ilha Comprida apresentaram um total de receita corrente nos valores de R\$ 62.991.600 e R\$ 49.069.960, respectivamente, conforme a **Tabela 3.3.3.3-1**. Destaca-se que a receita por transferência tem a maior representatividade no total das receitas correntes no município de Iguape, sendo um total de 85,7% do total, demonstrando assim a pouca dinamização dos municípios e sua dependência por transferências. Já o município de Ilha Comprida obteve uma alta receita tributária no ano de 2010, no valor de R\$ 20.991.666, 42,8% do total da receita daquele ano.

**Tabela 3.3.3.3-1 – Receitas correntes nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape– 2010.**

Localidade	Receita Tributária	Receita por Transferências	Outras Receitas	Total de Receitas
Iguape	5.939.557	53.963.522	3.088.521	62.991.600
Ilha Comprida	20.991.666	23.729.845	4.348.449	49.069.960
<b>Litoral Sul</b>	<b>31.136.183</b>	<b>108.177.406</b>	<b>8.747.840</b>	<b>148.001.429</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

As receitas de transferências mais representativas para Iguape foram realizadas pela União, como pode ser visto logo abaixo (**Tabela 3.3.3.3-2**), o município recebeu um total de R\$ 53.963.522, sendo o Governo Federal responsável por transferir 42,7% deste valor em 2010. Já em Ilha Comprida, a União realizou a transferência no valor de R\$ 10.273.864 (43,3%), o município recebeu um total de R\$ 23.729.845, sendo deste valor 25,7% transferido pelo Estado e 25,2 por multi governamentais do Fundeb.

**Tabela 3.3.3.3-2 – Receitas de Transferências nos Municípios de Ilha Comprida e Iguape– 2010.**

Localidade	União	Estado	Multigovernamentais do Fundeb	Outras Transferências	Total
Iguape	23.056.803	18.897.486	11.614.989	394.244	53.963.522
Ilha Comprida	10.273.864,00	6.105.910	5.978.772	1.371.299	23.729.845
<b>Litoral Sul</b>	<b>47.787.267</b>	<b>36.230.612</b>	<b>22.333.984</b>	<b>1.765.543</b>	<b>108.117.406</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

No caso da arrecadação de impostos municipais, como o IPTU, ITBI e ISS, o município de Iguape arrecadou um total de R\$ 5.233.015, sendo, R\$ 2.578.067 arrecadado por IPTU. Porém, no que tange o recolhimento do ISS, Iguape ficou à frente devido ao maior número de estabelecimentos comerciais e por ter assim uma economia mais dinâmica que Cananéia. Cabe destacar que o município de Ilha Comprida arrecadou R\$ 18.638.570 de IPTU no ano de 2010, o que indica que há uma valorização imobiliária local.

**Tabela 3.3.3.3-3 – Total de Arrecadação de Impostos Municipais de Ilha Comprida e Iguape– 2010.**

Localidade	IPTU	ITBI	ISS	Outros Impostos	Total
Iguape	2.578.067	183.581	1.677.820	793.547	5.233.015
Ilha Comprida	18.638.570	118.620	232.088	938.809	19.928.087
<b>Litoral Sul</b>	<b>23.449.769</b>	<b>557.528</b>	<b>2.981.177</b>	<b>1.975.260</b>	<b>28.963.734</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

A **Tabela 3.3.3.3-4** apresenta informações importantes para a gestão de qualquer município, ela demonstra as despesas municipais em 2010 nos municípios de Iguape e Ilha Comprida. Observa-se que o município de Ilha Comprida despendeu R\$ 7.899 de seu orçamento para questões ambientais, e com despesas de desportos e lazer chegaram a R\$ 450.691. Cabe destacar que no ano de 2010, Ilha Comprida direcionou R\$ 2.552.036 para saneamento no município.

**Tabela 3.3.3.3-4 – Perfil das despesas municipais de Ilha Comprida e Iguape – 2010.**

Localidades	Pessoal e Encargos sociais	Gestão Ambiental	Desporto e Lazer	Saneamento	Outras despesas	Total
Iguape	27.877.627	NA	542.536	275.505	38.500.784	67.196.452
Ilha Comprida	24.980.630	7.899	450.691	2.552.036	27.000.333	54.991.589
<b>Litoral Sul</b>	<b>68.093.604</b>	<b>399.013</b>	<b>1.079.074</b>	<b>2.827.541</b>	<b>85.168.507</b>	<b>157.567.739</b>

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

A receita gerada pela atividade pesqueira no litoral Sul do estado de São Paulo, entre os anos de 2009 a 2013, chegou ao valor de R\$90.007.847,96, conforme informações apresentadas na **Tabela 3.3.3.3-5**. Cabe apontar que 52,3% desse valor estão relacionados com a produção artesanal de pesca, sendo que o total da renda gerada nos municípios de Ilha Comprida e em Iguape, foram 100% de pesca artesanal. Essa informação reforça como esta prática é relevante para os municípios e suas populações beneficiando, deste modo, as comunidades locais.

**Tabela 3.3.3.3-5 – Receita Bruta estimada da Produção Pesqueira por setores pesqueiros da região do Litoral Sul – 2009/2013.**

Setor da APAM	Município	Receita (R\$)	
		Total	% Artesanal
Maratayama*	Iguape	R\$ 14.352.316,29	100%
	Ilha Comprida	R\$ 1.524.230,17	100%
	Cananéia	R\$ 74.131.301,50	42,1%
<b>Total APAM Litoral Sul</b>		<b>R\$ 90.007.847,96</b>	<b>52,3%</b>

\* Maratayama é considerado o setor que abrange a área marinha da APAMLS.

Fonte: FUNDEPAG, 2014. O valor total não corresponde à somatória de unidades produtivas por município e sim ao número de diferentes unidades produtivas que foram observadas na área da APAMLS no período.

O total de repasses referentes ao ICMS Ecológico foi de R\$ 120.272.492,27, sendo o município de Iguape aquele que mais recebeu repassa entre os demais. Este resultado envolve as áreas de preservação e proteção ambiente que são maiores que Ilha Comprida e Cananeia (**Tabela 3.3.3.3-6**). O município de Ilha Comprida teve o repasse de R\$1.085.211,14.

**Tabela 3.3.3.3-6 – Valores repassados de ICMS Ecológico aos municípios da região do Litoral Sul – 2014.**

Município	Total (Em R\$ correntes)	IPM <sup>1</sup>	% IAP <sup>2</sup>
Cananéia	3.949.554,41	0,02750739	3,283838
Iguape	6.422.682,94	0,04963022	5,34011
Ilha Comprida	1.085.211,14	0,01582453	0,902294
<b>Litoral Sul</b>	<b>11.457.448,49</b>		
<b>Total do Estado</b>	<b>120.272.492,27</b>	<b>-</b>	<b>100</b>

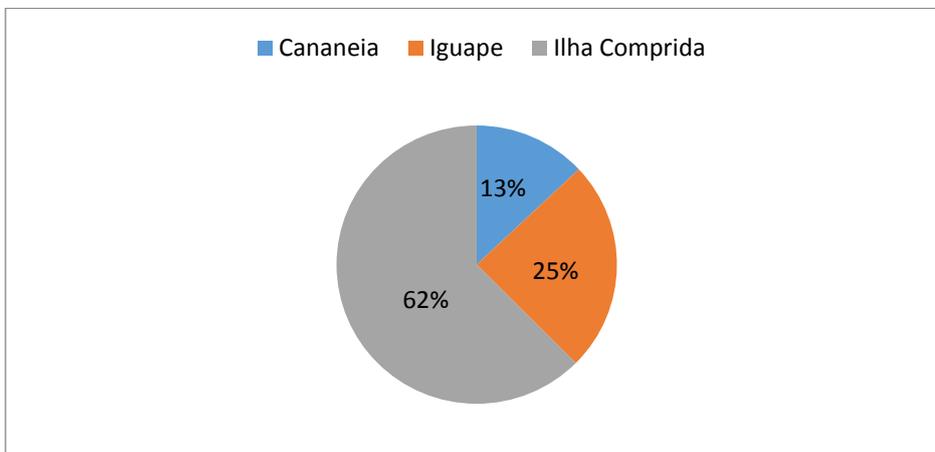
Fonte: Fundação SEADE, 2016.

<sup>1</sup> IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.150, de 29/12/93. <sup>2</sup> Índice de Áreas Protegidas compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere à Lei Estadual nº 29/12/93. Fonte: SMA/CPLA.

Um tipo de arrecadação que tem merecido grande destaque nos municípios litorâneos que fazem parte da Bacia de Santos, caso da APAMLS, diz respeito ao recebimento de royalties e participações especiais vinculados a exploração de óleo e gás nas plataformas marítimas (Mapa de Atividades de Petróleo e Gás na APAM Litoral Sul e ARIE do Guará, anexo ao Diagnóstico). Tais benefícios a serem transferidos e divididos entre municípios, estados e União são calculados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que estipula o valor dos royalties e das participações especiais (referente à parcela da receita dos campos de grande produção ou rentabilidade) para cada território produtor ou com instalação de refino, por exemplo. Conforme assinalado por estudos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás, o crescimento na arrecadação dos municípios possibilita direcionar os recursos obtidos para a melhoria local e trazer diversos benefícios à população (ANP, 2016; PETROBRAS, 2012).

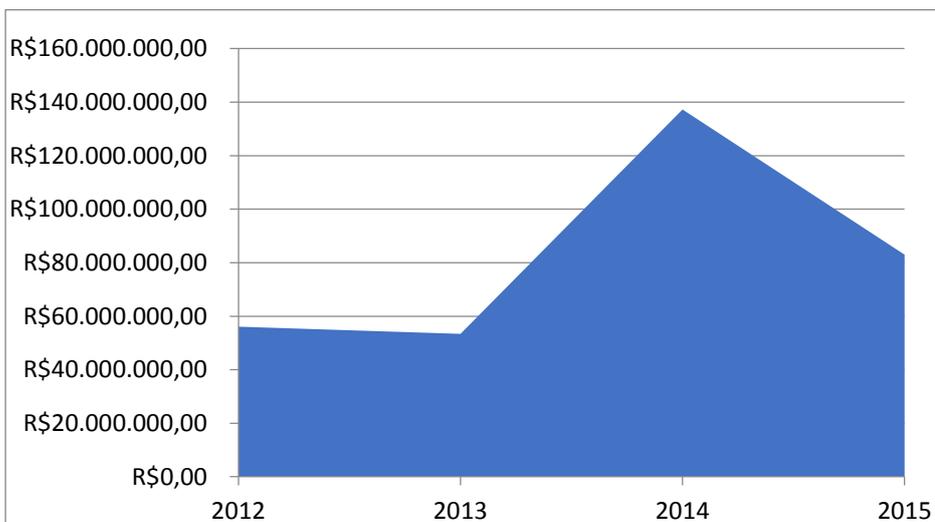
Iguape e Ilha Comprida são os municípios da APAMLS considerados beneficiários de royalties tendo em vista a localização de poços produtores identificados pela ANP e que foram demarcados por coordenadas conforme o IBGE (PETROBRAS, 2012). Em todo o caso, há que se registrar que não existem instalações e infraestruturas associadas à atividade de exploração na APAMLS, no entanto os municípios são beneficiários de royalties devido às atividades realizadas na Plataforma de Merluza (PMLZ-1). Portanto, no que tange a distribuição de royalties e participação especial nos municípios da APAMLS, observa-se que o município que mais arrecada é Ilha Comprida, conforme se observa na **Figura 3.3.3.3-1**. Destaca-se que arrecadação do município de Ilha Comprida é uma das mais altas do Estado de São Paulo. No ano de 2014, o município chegou arrecadar R\$ 97.297.791,90 (royalties e participação especial). No ano seguinte, 2015, o valor diminuiu para R\$ 51.872.368,82, sendo esta mudança vinculada à queda do valor do barril de petróleo e ao volume total de produção neste setor do litoral. Cabe destacar que o litoral Sul arrecadou em 2014 o montante de R\$ 137.262.440,9 e no ano seguinte o valor foi reduzido R\$ 83.007.099,75 (**Figura 3.3.3.3-2**).

**Figura 3.3.3.3-1 – Distribuição de royalties e participação especial entre os municípios do Litoral Sul do estado de São Paulo – 2015.**



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

**Figura 3.3.3.3-2 – Evolução das receitas de royalties e participações especiais destinadas aos municípios do Litoral Sul do estado de São Paulo – 2012/2015.**



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

### 3.3.3.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R. & SUGUIO, K. Turismo Sustentável na Planície Costeira de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida (SP). Revista ACTA Geográfica, v. 4, nº 7, p. 143-158, 2010.

ALVES, P. M. F. Dinâmica da pesca de emalhe do estado de são paulo e alguns aspectos biológicopesqueiros das principais espécies desembarcadas em santos. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesca. APTA, SAA, SãoPaulo: 2007.

ARARIPE, C.; FIGUEIREDO, P.; DEUS, A. Zoneamento de APA. Preocupação com a capacidade de suporte ou garantia da ação antrópica capitalista? O caso de Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília: jun. 2008.

BECEGATO, J. L. Impacto Ambiental Antrópico na APA (Área de Proteção Ambiental) da Ilha Comprida (SP), da pré-história à atualidade. 111 p. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Universidade Guarulhos, Guarulhos: 2007

BECEGATO, J. L.; SUGUIU, K. Impacto ambiental antrópico na APA (Área de Proteção Ambiental) da Ilha Comprida (SP): da pré história à atualidade. Revista UnG – Geociências, v. 6, nº1, p.107-117, 2007.

BEVILACQUA, A. H. V.; TIBÉRIO, C. K.; GONZALEZ, M. A. D. Análises da influência do lixo marinho em uma comunidade tradicional caiçara, Ilha do Cardoso - SP. Especializaçãp em Gestão Ambiental. Centro Universitário Senac, São Paulo: 2011.

BEZERRA, D. P. Ingestão de Resíduos Sólidos por Tartarugas-Verdes (*Chelonia Mydas*) em Área de Alimentação dentro de um Mosaico de Unidades de Conservação no Sul do Estado de São Paulo, Brasil. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Conservação. Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2014.

BEZERRA, D. P. Percepção Ambiental de Grupos sobre Lixo Marinho no Município de Cananéia, Litoral Sul do Estado de São Paulo. Especialização em Educação Ambiental. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos: 2016.

CARMO, R. L. D.; MARQUES, C.; MIRANDA, Z. A. I. D. Dinâmica Demográfica, Economia e Ambiente na Zona Costeira de São Paulo. Textos NEPO 63, p. 110, 2012.

CARMO, R. L. D.; SILVA, C. A. M. D.; MIRANDA, Z. A. I. Dinâmicas Demográfica e Econômica dos Municípios da Zona Costeira Paulista e as Mudanças Climáticas. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: 2011.

CARVALHO, M. C. P. D. Histórias da Ilha: Temporalidade e apropriação do espaço na Ilha Comprida. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1999.

CBH-RB - Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Relatório de situação dos recursos hídricos da Unidade de Gerenciamento nº 11: ano base 2014. Registro: 2015.

CHABARIBERY, D. et. al. Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: diagnóstico das condições socioeconômicas e tipificação dos municípios. Informações Econômicas, v. 34, nº 9, p. 32. [S.I.]. Setembro de 2004.

DESVAUX, J. A. S. Captura Acidental da Toninha, *Pontoporia Blainvillei* (Cetacea: Pontoporiidae) e do Boto-Cinza, *Sotalia Guianensis* (Cetacea: Delphinidae) em Redes de Pesca no Complexo Estuarino Lagunar de Cananéia, Litoral Sul do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2013.

DIAS, R. L. Zoneamento Geoambiental da Região do Litoral Sul do Estado de São Paulo como Subsídio ao Uso e Ocupação das Terras: Um Estudo de Caso dos Municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2012.

DIAS, R. L.; OLIVEIRA, R. C. D. Caracterização socioeconômica e mapeamento do uso e ocupação da terra do litoral sul do estado de São Paulo. *Sociedade & Natureza*, v. 27, p. 111-123, 2015.

DIEGUES, A. C. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. Universidade de São Paulo - USP. São Paulo: 2007

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. Alternativas de Manejo Sustentável de Recursos Naturais do Vale do Ribeira. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GERARDI, L. H. D. O.; MENDES, I. A. Zoneamento Ambiental em Áreas Costeiras: Uma Abordagem Geomorfológica. In: AGETEO, A. D. G. T. (Ed.). Teoria, Técnica, Espaços e Atividades Temáticas de Geografia Contemporânea. Rio Claro: 2001.

SÃO PAULO, (Estado). Caracterização Socioeconômica das Regiões do Estado De São Paulo - Região Administrativa de Registro. São Paulo: 2012a.

SÃO PAULO, (Estado). Diagnóstico Participativo APA Marinha do Litoral Sul e Arie do Guará. São Paulo: 2012b.

GREGORINI, R. A. Caracterização espaço-temporal do lixo marinho nas praias do Guaraú e Arpoador - São Paulo. Bacharelado. Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2010.

ICF, I. EIA/RIMA para o Desenvolvimento da Produção de Petróleo no Bloco BM-S 40, Áreas de Tiro e Sídon, Bacia de Santos PEI FPSO Cidade de Itajaí Plano de Emergência Individual para Incidentes de Poluição por Óleo Itajaí - SC, 2010.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Cananeia-Iguape-Peruíbe, SP. Iguape: 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@: Ilha Comprida. Disponível em: <<http://bit.ly/2gfW00I>>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

IDESC - Instituto de Desenvolvimento Sociocultural. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira. Vale do Ribeira: 2006.

INSTITUTO EKOS BRASIL. Diagnóstico Socioambiental para Criação de Unidades de Conservação Polígono Bertiooga. São Paulo: 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Envelhecimento da População Brasileira: Uma Contribuição Demográfica. Rio de Janeiro: 2002.

LIMA, C. O.; OLIVEIRA, R. C. A criação da APA de Ilha Comprida e seus desdobramentos no atual processo de desenvolvimento local. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 14. Peru. Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, Peru: 2013.

MACHADO, I. C.; MENDONÇA, J. T. Gestão Pesqueira Participativa no Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente. In: Áreas Aquáticas Protegidas como instrumento de Gestão Pesqueira. 1º ed. Brasília: IBAMA/MMA: 2007.

MENDONÇA, J. T. Gestão dos Recursos Pesqueiros do Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia-Iguape-Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo, Brasil. 383 p. Tese de Doutorado. Departamento de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2007.

MORAES, M. B. R. D. Implementação das Áreas de Proteção Ambiental Federais no Brasil: O Enfoque da Gestão. 250f. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

OLIVEIRA, E. N. Estudo da pesca artesanal em dois setores do complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape (SP) considerando relações sócio-ambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

OLIVEIRA, R. C. D.; DIAS, R. L. O Estudo das Unidades de Relevo em Regiões Litorâneas: O Exemplo do Litoral Sul do Estado de São Paulo. Caminhos de Geografia, v. 13, nº 41, p. 23. São Paulo: 2012.

PETROBRAS. Diagnóstico Participativo Programa de Educação Ambiental PEA-SP - Região 03. Litoral Sul, 2012.

ROCHA, V. L. D.; FORESTI, C. O uso do solo urbano e os problemas ambientais da cidade de Iguape-SP. X Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Santos: 1998.

SABINO, A. L. Turismo e Expansão de Domicílios Particulares de Uso Ocasional no Litoral Sudeste do Brasil. 199 p. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

SANTOS, V. C. D. Alterações Ambientais no Município de Ilha Comprida, SP: Estudo de caso da comunidade caiçara do bairro de Pedrinhas. 175p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2012.

SANTOS, V. C. D. O princípio da subsidiariedade e sua relação com a APA do município de Ilha Comprida, SP. GEOgraphia, nº 37, p. 16, 2016.

SILVA, C. A. M. D.; SANTOS, F. M. D.; CARMO, R. L. D. Habitação e Mudanças Ambientais na Zona Costeira Paulista. Encontros Nacionais da ANPUR. v. 15. São Carlos: ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013.

SILVA, N. J. R. D.; LOPES, R. D. G. Plano de extensão rural e pesqueira para o litoral paulista. São Paulo: 2010.

SOUZA, B. L. M. M. D.; ASMUS, M. L. Análise do plano de manejo participativo da reserva extrativista do mandira – Cananéia/SP sob a perspectiva do ciclo do gerenciamento costeiro integrado. IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Salvador: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2013.

WIECZOREK, A. Mapeamento de sensibilidade a derramamentos de petróleo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC e áreas do entorno. Dissertação de Mestrado em Geociências e Meio Ambiente. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. São Paulo: 2006.